



A economia política internacional da questão agroalimentar na Rússia

The international political economy of the agrifood question in Russia

La economía política internacional de la cuestión agroalimentaria en Rusia

1. Professor do Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (DDAS) e do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Doutor em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com doutorado sanduíche no College of Humanities and Development Studies (COHD), China Agricultural University (CAU). Mestre em Desenvolvimento Rural pelo PGDR/UFRRJ. Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Pós-Doutorado no CPDA/UFRRJ, em parceria com o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento (INCT PPE), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (2017-2018). Pós-Doutorado no COHD/CAU, Beijing, China (2019), pelo Programa Pós-Doutorado no Exterior da CAPES. Pós-Doutorado no CPDA/UFRRJ, pelo Programa Pós-Doutorado Nota 10 da FAPERJ (2020). É membro do Grupo de Estudos sobre Mudanças Sociais, Agronegócio e Políticas Públicas (GEMAP/UFRRJ), do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento (GEPAD/UFRRJ), do Grupo de Pesquisas Mercados, Redes e Valores (MRV/UFRRJ) e do Grupo de Pesquisas BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies (BICAS/Interinstitucional). Possui experiência e interesse nas áreas de Economia Política Internacional e Comparada, Sociologia Econômica, Economia Institucional, Desenvolvimento Socioeconômico, Desenvolvimento Rural, Agricultura Familiar, Sistema Agroalimentar, China contemporânea e BRICS.

Fabiano Escher¹

DOI: 10.5752/P.2317-773X.2023v11n3p50-71

Recebido em: 21 de outubro de 2023

Aprovado em: 22 de março de 2024

RESUMO

O artigo analisa as transformações, tendências e contradições do sistema agroalimentar russo e suas implicações globais de longo alcance. A análise emprega o arcabouço teórico-metodológico da economia política internacional da agricultura e da alimentação. O argumento é que as recentes dinâmicas econômicas, sociais e políticas na Rússia respondem, em larga medida, aos desafios desencadeados pelo deslocamento da “questão agrária” clássica para a “questão agroalimentar” contemporânea. A questão agroalimentar abrange três grandes problemáticas: acumulação de capital, reprodução social e poder político. A pesquisa recorre a uma abrangente revisão da literatura especializada e qualificada, bem como a documentos e dados estatísticos oficiais relevantes, tanto de fontes russas como internacionais. A análise da questão agroalimentar mostra-se bastante fértil para examinar a recente trajetória de desenvolvimento e projeção de poder da Rússia e a sua inserção no regime alimentar internacional contemporâneo, chamando atenção para a abertura de uma formidável, mas ainda pouco explorada, agenda de pesquisas em economia política internacional.

Palavras-chave: Rússia. Agronegócio. Agricultura Familiar. Segurança Alimentar. Geopolítica.

ABSTRACT

The article analyses the transformations, trends, and contradictions of the Russian agrifood system and its far-reaching global implications. The analysis employs the theoretical-methodological framework of international political economy of agriculture and food. The argument is that recent economic, social, and political dynamics in Russia largely respond to the challenges triggered by the shift from the classic ‘agrarian question’ to the contemporary ‘agrifood question’. The agrifood question encompasses three major problematics: capital accumulation, social reproduction, and political power. The research draws on a comprehensive review of specialized and qualified literature, as well as relevant

official documents and statistical data, both from Russian and international sources. The analysis of the agrifood question proves to be quite fertile to examine the recent trajectory of development and power projection of Russia and its insertion in the contemporary international food regime, calling attention to the opening of a formidable, but still little explored, research agenda in international political economy.

Keywords: Russia. Agribusiness. Family Farming. Food Security. Geopolitics.

RESUMEN

El artículo analiza las transformaciones, tendencias y contradicciones del sistema agroalimentario ruso y sus implicaciones globales de largo alcance. El análisis emplea el marco teórico-metodológico de la economía política internacional de la agricultura y la alimentación. El argumento es que las dinámicas económicas, sociales y políticas recientes en Rusia responden, en larga medida, a los desafíos desencadenados por el paso de la “cuestión agraria” clásica a la “cuestión agroalimentaria” contemporánea. La cuestión agroalimentaria abarca tres grandes problemáticas: acumulación de capital, reproducción social y poder político. La investigación se basa en una amplia revisión de literatura especializada y calificada, así como en documentos y datos estadísticos oficiales relevantes, tanto de fuentes rusas como internacionales. El análisis de la cuestión agroalimentaria resulta bastante fértil para examinar la reciente trayectoria de desarrollo y proyección de poder de Rusia y su inserción en el régimen alimentario internacional contemporáneo, llamando la atención sobre la apertura de una formidable, pero aún poco explorada, agenda de investigación en economía política internacional.

Palabras clave: Rusia. Agronegocio. Agricultura Familiar. Seguridad Alimentaria. Geopolítica.

Introdução

A invasão da Ucrânia pela Rússia exacerba a ruína da ordem mundial neoliberal deflagrada pela crise financeira global de 2008, aprofundada pela guerra comercial e tecnológica entre EUA e China, acelerada pela pandemia de Covid-19 e agora escancarada pela guerra Israelense contra os Palestinos. São múltiplas as incertezas e preocupações que surgem em todo o mundo com as consequências da guerra na Ucrânia e das duras sanções econômicas impostas à Rússia (Cheng, 2022). A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) chama especial atenção para os riscos e impactos do conflito sobre os mercados agrícolas e a segurança alimentar global.

Em 2021, a Federação Russa ou a Ucrânia (ou ambas) ficaram entre os três principais exportadores globais de trigo, milho, colza e sementes e óleo de girassol, enquanto a Federação Russa também se destacou como maior exportador mundial de fertilizantes nitrogenados, segundo maior fornecedor de fertilizantes potássicos e terceiro maior exportador de fertilizantes fosfatados. Essa concentração pode expor tais mercados a uma maior vulnerabilidade a choques e volatilidade. [Vários países] que se enquadram nos grupos de países menos desenvolvidos (PMD) e países de baixa renda com déficit alimentar (PBRDA), dependem de suprimentos alimentares ucranianos e russos para atender às suas necessidades de consumo. Muitos desses países, já antes do conflito, vinham enfrentando os efeitos negativos dos altos preços internacionais de alimentos e fertilizantes (FAO, 2022, p.1).

Na imprensa brasileira, analistas alertam para as repercussões do contencioso sobre o aumento dos custos de produção agrícola decorrentes do choque na oferta e nos preços dos fertilizantes, dos índices de preços dos alimentos ao consumidor, particularmente dos derivados de trigo, e dos indicadores de insegurança alimentar no Brasil, que se agravam desde 2018, muito antes da pandemia, depois do país ter saído do Mapa da Fome da FAO, em 2014 (DBO, 2022; ESTADÃO, 2022; BBC, 2022; IFZ, 2022). Salta aos olhos, entretanto, a carência de conhecimento e produção acadêmica especializada no Brasil sobre questões ligadas à agricultura, alimentação e ruralidade na Rússia contemporânea.

São poucas e apreciáveis as exceções. Requião e Gonçalves (2021) apresentam um panorama da evolução do mercado agrícola russo ao longo das últimas décadas no intuito de avaliar desafios e oportunidades e oferecer sugestões para a melhor inserção das exportações do agronegócio brasileiro nesse mercado. Niederle et al (2018) fazem uma análise comparada das monoculturas da soja e do trigo nas estratégias de inserção internacional das economias brasileira e russa, destacando os padrões de intervenção estatal subjacentes, de caráter mais liberalizante e subordinado no Brasil e mais protecionista e autônomo na Rússia. Lima e Dias (2018) argumentam que ao centrar-se na diminuição das importações de alimentos e na produção de excedentes agrícolas exportáveis, o Kremlin visa reduzir a vulnerabilidade econômica do país em um contexto geopolítico hostil, a fim de projetar poder e inserir-se internacionalmente de maneira mais soberana.

Esses trabalhos oferecem contribuições pertinentes, mas não se propõem a analisar o conjunto das recentes transformações, tendências e contradições do sistema agroalimentar russo e suas implicações globais de longo alcance. O objetivo do artigo é justamente fazer isso a partir do arcabouço teórico-metodológico da economia política internacional. Como as dinâmicas observadas no sistema agroalimentar e nas relações sociais rurais russas afetam a sua trajetória de desenvolvimento e a sua projeção internacional de poder? Argumento que as recentes dinâmicas econômicas, sociais e políticas na Rússia respondem, em larga medida, aos desafios desencadeados pelo deslocamento da “questão agrária” clássica para a “questão agroalimentar” contemporânea. Esses desafios dizem respeito à articulação de um novo regime de acumulação de capital na agricultura e no sistema agroalimentar, aos novos padrões de reprodução social dos meios de vida das classes urbanas e rurais e ao caráter do estado e sua política nacional de segurança alimentar em meio a crescentes tensões geopolíticas.

Metodologicamente, a pesquisa recorre a uma abrangente revisão da literatura especializada e qualificada, bem como a documentos e dados estatísticos oficiais relevantes de fontes russas e internacionais. A próxima seção situa historicamente a Rússia na evolução dos regimes alimentares internacionais. As três seções seguintes tratam das problemáticas da questão agroalimentar contemporânea na Rússia: acumulação de capital, reprodução social e poder político. A seção final sumariza conclusões e aponta direções de pesquisa.

A inserção russa nos regimes alimentares internacionais: teoria e história

Byres (1986) oferece uma síntese do intrincado debate sobre a questão agrária no pensamento marxista clássico. Marx superou as teorias da renda da terra de Smith e Ricardo e interpretou a transição para o capitalismo na Inglaterra a partir da assim chamada acumulação primitiva. Mas foram somente seus continuadores na Alemanha e na Rússia que vieram a tratar das especificidades teóricas da questão agrária. Em Engels, a questão assume um sentido primordialmente “político”, sobre as contradições entre campesinato e latifundiários e sua articulação com o conflito fundamental entre proletariado e burguesia nos processos de construção do estado moderno e nas lutas pelo socialismo. Para Kautsky e Lenin, a questão era essencialmente “sociológica”, sobre as formas de desenvolvimento do capitalismo na agricultura a partir do domínio da propriedade privada da terra, do trabalho assalariado e da grande indústria e as suas implicações para a diferenciação social rural. Para Bukharin e Preobrazhensky, a questão era prioritariamente “econômica”, sobre a extração, apropriação e transferência de excedentes agrícolas (trabalho, alimentos, matérias primas, recursos financeiros) para sustentar a acumulação de capital, a transformação estrutural e a industrialização em condições de desenvolvimento tardio (Byres, 1986).

Friedmann e McMichael (1989), todavia, inauguraram uma nova economia política internacional da questão agroalimentar ao proporem uma abordagem teórica e histórica sobre o lugar da agricultura e da alimentação na evolução da economia mundial e do sistema de estados, tendo como núcleo analítico o conceito de “regime alimentar”.

A definição de regimes alimentares inclui constelações de relações de classe, especialização geográfica e poder interestatal, articulando ‘relações internacionais de produção e consumo alimentar’ a ‘períodos de acumulação de capital’ (Friedmann, 2009, p.335).

[O conceito possibilita] identificar os fundamentos agroalimentares de períodos históricos, ciclos ou mesmo tendências seculares do capitalismo (McMichael, 2009, p.148).

Apesar de algumas controvérsias, possui amplo respaldo a periodização que concebe três regimes alimentares na história do capitalismo, onde a Rússia sempre teve lugar de destaque (Escher, 2021). O primeiro regime (1870-1914/30) foi erigido sob a hegemonia do Império Britânico, o padrão ouro, a ideologia do livre comércio e a subordinação das periferias coloniais ou dependentes como fornecedoras de alimentos e matérias primas para a indústria dos centros imperialistas. Graças à *obschina* e ao *mir* garantindo o acesso à terra aos camponeses, a emancipação dos servos em 1861 pouco favoreceu a formação de uma reserva de mão de obra para a indústria nascente russa. E dada a vasta disponibilidade de uma força de trabalho barata no rural, a nobreza latifundiária tampouco demonstrou interesse em introduzir inovações e aumentar a produtividade da agricultura (Gerschenkron, 2015). Mas isso não impediu que as exportações de grãos entre 1860 e 1905 quintuplicasse, alcançando metade das exportações totais do país, com a agricultura camponesa espremida respondendo por 3/4 de toda a produção (Shanin, 1986). Entre 1850 e 1914,

quando estoura a Primeira Guerra Mundial, 80% do trigo comercializado internacionalmente provinha de Rússia, EUA e Canadá, sendo a Rússia responsável por cerca de metade do total, servindo de esteio do regime alimentar (Krausmann; Langthaler, 2019).

O segundo regime (1945-1973/85) foi construído sob a hegemonia dos EUA, o sistema monetário de Bretton Woods, a ideologia anticomunista da Guerra Fria e a subordinação das periferias através da difusão dos programas de “ajuda alimentar” e dos pacotes tecnológicos da “revolução verde”. O rompimento da aliança operário-camponesa com o fim da Nova Política Econômica (NEP) e a coletivização forçada da agricultura resultaram na formação de grandes fazendas estatais (*sovkhozy*) e coletivas (*kolkhozy*) mecanizadas, de onde eram extraídos os recursos para a industrialização soviética (Niederle et al, 2018). A URSS participou de Bretton Woods, mas não aderiu ao Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas (GATT), senão criou o Conselho de Assistência Econômica Mútua (COMECON) para promover o comércio intrablocos, protegendo seus consumidores e produtores das turbulências do mercado mundial. Durante as décadas de 1960 e 1970, a URSS se viu várias vezes obrigada a recorrer à importações de grãos, levantando críticas nos EUA, seu principal fornecedor. E nos anos 1980 tornou-se um cliente regular do Ocidente, importando também carne, frutas, legumes, óleo vegetal e açúcar além de grãos, mas sem cumprir um papel muito relevante no regime alimentar (Wegren; Nilssen, 2022).

O terceiro regime (1995-hoje) foi erguido sob a atualizada hegemonia dos EUA, o sistema monetário do dólar flexível, a ideologia neoliberal e o predomínio das corporações transnacionais do agronegócio. Mas a adesão da China à Organização Mundial do Comércio (OMC) e ao Acordo sobre Agricultura (AoA), em 2001, ao lado do maior protagonismo dos BRICS, tem contribuído para aumentar o poder de barganha dos países periféricos e semiperiféricos frente às imposições dos países centrais, intensificando os impasses da OMC. As reformas pró-mercado implementadas nos anos 1990 por Boris Yeltsin incluíram a privatização da terra e dos ativos dos *kolkhozy* e *sovkhozy*. A “terapia de choque” desorganizou a agricultura, fez a produção desabar e desmontou o sistema de bem-estar existente, deixando as famílias em condições vulneráveis (Niederle et al, 2018). A dependência de importações massivas de alimentos para compensar a queda da produção doméstica acompanhou a liberalização comercial após 1992, que reduziu barreiras tarifárias em antecipação a adesão à OMC, em 2012. A crise financeira russa e a subsequente desvalorização do rublo em 1998 tornaram a situação insustentável, alertando sobre as ameaças à segurança alimentar nacional e a necessidade de o governo assumir um papel mais ativo na regulação e proteção do mercado doméstico. Esse doloroso processo de integração ao regime alimentar pavimentou o caminho para a mudança de rumo iniciada por Putin (Wegren; Nilssen, 2022).

A discussão precedente deixa claro que a questão agrária clássica sofreu deslocamentos históricos e teóricos e adquiriu novos significados. Mesmo assim, seguindo os três sentidos da questão no pensamento marxista clássico, sugere-se que a questão agroalimentar contemporânea

também comporta três grandes “problemáticas”. A primeira é a “acumulação de capital”, que trata do lugar da agricultura e do sistema agroalimentar na dinâmica econômica, especialmente as ligações intersetoriais das empresas de agronegócio e seu desempenho nos mercados interno e externo. A segunda é a “reprodução social”, que trata dos níveis de transição nutricional e suas implicações nas dietas dos consumidores urbanos, bem como da mercantilização da agricultura e seus efeitos nos meios de vida rurais. A terceira é o “poder político”, que trata das contradições, conflitos, alianças e compromissos entre as classes rurais e as demais classes sociais na definição do caráter do estado e das políticas públicas para agricultura e segurança alimentar, entre outras (e.g., econômica, social e externa). É claro que essa distinção entre as três problemáticas é somente analítica, uma vez que, na prática, elas encontram-se profundamente conectadas e entrelaçadas na realidade concreta russa.

Acumulação de capital: expansão das agroholdings e abertura de mercados

Através da liberalização financeira e da privatização de ativos estatais, as reformas de mercado da década de 1990 ensejaram a restauração do capitalismo na Rússia, com a ascensão do capital financeiro na forma de grandes conglomerados industriais controlados por grandes bancos na extração mineral, na construção civil e na mídia. Mas desde a subida de Putin ao poder, em 2000, passou-se a articular um novo regime de acumulação ancorado em um projeto nacionalista de reorganização do estado russo que combina a expansão da indústria de petróleo e gás, voltada à exportação, do complexo industrial-militar, das finanças e do mercado interno (Medeiros, 2011).

A agricultura e o sistema agroalimentar, entretanto, não foram articulados de imediato ao novo regime de acumulação. A partir de 1992, os antigos *kolkhozy* e *sovkhosy* foram assumindo novas formas jurídicas (sociedades anônimas, sociedades limitadas, etc.) e seus ex-membros e funcionários receberam certificados em papel, tornando-se uma espécie de “acionistas”. Apenas uma minoria converteu seus certificados em parcelas reais de terra, registrando-as como propriedades camponesas. Em comparação com as privatizações em outros setores, a privatização da propriedade agrária mostrou-se menos excitante. Gigantes da energia como Gazprom e Lukoil chegaram adquirir terras agrícolas de devedores inadimplentes, mas acabaram por revendê-las. Em 2002, entrou em vigor a Lei Federal de Transações de Terras Agrícolas especificando os procedimentos para a venda ou transferência de terras para o capital das empresas agrícolas reestruturadas em troca de compensações monetárias. Mas foi somente durante o segundo mandato de Putin (2004-2008), com o forte crescimento econômico, o *boom* dos preços das *commodities* e o aquecimento da demanda interna e externa, que a terra veio a ser percebida como um ativo valorizado, atraindo capitais vindos de outros países e setores para o agronegócio russo (Visser; Mamonova; Spoor, 2012).² Teve início então um processo de formação de megafazendas, em geral consolidadas sob a propriedade e o controle de “agroholdings” pertencentes à oligarcas conhecidos – razão pela qual ganharam o apelido de “*oligarkhozy*” (Nikulín, 2011).

2. A maior parte dos investimentos na agricultura russa era capital “repatriado” de seus oligarcas, mas também incluía fundos soberanos do Bahrein, Emirados Árabes Unidos e Arábia Saudita, Líbia, Coreia do Sul e China, bem como uma variedade de fundos de pensão, fundos de hedge e fundos de private equity dos EUA, Canadá, Israel, Dinamarca, Alemanha, Luxemburgo, Suécia e Suíça, etc. (Wengle, 2021).

O Censo Agropecuário Russo 2016 classifica 19,592 das 36 mil “organizações agropecuárias” registradas como “grandes empresas agropecuárias” (ROSSTAT, 2018). Agroholdings são grupos econômicos que congregam várias dessas entidades legalmente independentes, controlados por uma empresa matriz ou por uma pessoa física com participação majoritária, que podem incluir produtores agrícolas, processadores, prestadores de serviços e outros operadores vinculados com atividades agrícolas. São basicamente grandes corporações agroindustriais horizontal e verticalmente integradas, não muito distintas das existentes no agronegócio brasileiro. Em 2016, foram identificadas 1,063 agroholdings que controlam 3,204 empresas, detêm 24,3 milhões de hectares e empregam 502 mil pessoas. Desse total, 85 são estatais e 978 privadas. As estatais controlam 20,3% das empresas, detêm 14,4% das terras e comandam 14% dos empregos, enquanto as privadas controlam 79,7% das empresas, detêm 85,6% das terras e empregam 86% dos trabalhadores. Considerando o total das agroholdings privadas, apenas 6,3% delas são de propriedade estrangeira, mas controlam 9,9% das empresas, detêm 21,6% das terras e comandam 22,2% dos empregos. Investidores internacionais entram no mercado de terras por meio da criação de subsidiárias russas, pois a aquisição direta de terras por estrangeiros não é oficialmente permitida. Entretanto, uma empresa estrangeira pode ser registrada em *offshores* por cidadãos russos ou ter sócios russos, enquanto empresas de processamento e distribuição podem ser simplesmente filiais de multinacionais. Em 2016, as agroholdings geraram aproximadamente metade dos lucros e das vendas totais das grandes empresas agropecuárias – que somaram RUB\$ 2,6 trilhões. As 100 maiores agroholdings, cujas receitas superaram RUB\$ 2 bilhões por ano cada, abocanharam sozinhas 37% de todo esse valor (Uzun; Shagaida; Lerman, 2021).

A concentração de poder econômico das agroholdings é evidente no fato de que, em 2016, os cinco maiores proprietários controlavam 3,7 milhões de hectares de terras agrícolas na Rússia: Miratorg com 1 milhão de ha; Prodimeks/Agrokul'tura com 865 mil ha; Agrokompleks com 653 mil ha; Rusagro com 643 mil ha; e EkoNiva com 599 mil ha. Prodimeks, de propriedade majoritária de Igor Khudormov, é a maior produtora de açúcar e beterraba, fornecendo para Coca-Cola e Pepsi, além produzir trigo, cevada, girassol, milho e soja. Rusagro, controlada por Vadim Moskovich, é a maior fabricante de margarina, a segunda maior fabricante de maionese e óleos vegetais, a terceira de açúcar e um dos maiores produtores de soja e milho. Miratorg, controlada pelos irmãos Viktor e Aleksandr Linnik, é a maior produtora de carne suína e a segunda maior produtora de aves. Cherkizovo, de propriedade majoritária de Igor Babaev e sua esposa Lidia Mikhailova, é a segunda maior produtora de carne suína e a terceira maior produtora de aves. Ambas plantam terras e fabricam ração para suas operações pecuárias verticalmente integradas e são as maiores processadoras e distribuidoras de carne para o consumidor final. EkoNiva, fundada pelo empresário de origem alemã Stefan Dürr, é a maior produtora de leite. Com as próprias vacas, fábricas de ração e plantas de processamento, abastece a Danone e outros grandes laticínios e vende leite fluído e produtos lácteos sob marca própria. Agrokompleks,

de propriedade da família do ex-ministro da agricultura e ex-governador de Krasnodar, Aleksandr Tkachev, é outra gigante na indústria de carnes e laticínios. Os capitalistas donos dessas agroholdings pertencem à classe dos “super ricos” na Rússia (Wengle, 2021).

Durante a década de 1990, a maioria dos segmentos agrícolas era organizada em torno de complexos agroindustriais altamente integrados (*combinats*) que normalmente incluíam vários *ex-kolkhozy* e *sovkhosy* supervisionados por uma grande processadora, a qual utilizava máquinas e tecnologias herdadas da era soviética. Essa situação vem mudando, com apoio à importação de tecnologias mais eficientes a partir dos anos 2000 e à recuperação da indústria nacional de bens de capital para a agricultura desde 2010 (Grouiez, 2018; Wengle, 2021). O Ministério da Agricultura estima que 10% das 12 mil maiores fazendas da Rússia utilizam tecnologia avançada do tipo “agricultura digital”, incluindo internet das coisas, robótica, drones, sensores a laser e colheitadeiras sem piloto (Wegren, 2018). As tecnologias associadas à “agricultura de precisão”, com equipamentos de informática embarcados em tratores e maquinários, são geralmente importadas. Mas algumas firmas russas de tecnologia agrícola estão ganhando mercado, como a Rostsel'mash, a maior fabricante de colheitadeiras do país. Ademais, as agroholdings estão começando a desenvolver centros nacionais de reprodução genética. A instituição mais importante na reprodução de suínos na Rússia hoje é o Centro de Seleção Genética de Znamensk, que recebeu investimentos dos gigantes da carne Miratorg e Cherkizovo (Wengle, 2021).

A Rússia tem por volta de 128 milhões de hectares de terras agrícolas realmente utilizados e 94 milhões de hectares não utilizados (em sua maioria terras de baixa qualidade em áreas inóspitas). Estima-se que 19,3 milhões de hectares de terras abandonadas possam ser recuperados para o uso produtivo. A população rural russa diminuiu ligeiramente de 38,9 milhões em 1990 para 37,6 milhões em 2018, permanecendo estável em torno de 26% de um total de 144 milhões de habitantes. Mas a parcela de trabalhadores agrícolas no emprego total caiu de 14,2% para 5,9% entre 1990 e 2018. Já a produção agropecuária russa cresceu 55% entre 1999 e 2017, após uma queda de 43% entre 1990 e 1999. E a participação do PIB agropecuário no PIB total aumentou de 3,5% em 2012 para 4,4% em 2017. Entre 1990 e 2017, a produção de trigo, beterraba e hortaliças quase dobrou, enquanto a produção de girassol triplicou e a de milho sextuplicou. A produção de suínos recuperou o nível de 1990 em 2017 e a de aves cresceu 2,5 vezes no mesmo período. Apenas a produção de carne bovina e de leite estagnou em cerca de 50% do nível de 1990 (Uzun; Shagaida; Lerman, 2019).

Se em 2000 as grandes fazendas agropecuárias respondiam por apenas 45% do valor de produção apesar de ocuparem mais de 75% das áreas de terra, em 2016 elas respondem por 52,8% do valor de produção controlando 68% das áreas de terra. As agroholdings, que expandiram suas áreas de terra em quase 8 milhões de hectares entre 2006 e 2016, estão na dianteira desse processo. Elas hoje concentram mais de 30% das terras controladas pelo total das grandes empresas agropecuárias e 11% do total das terras agrícolas do país. Embora pouco relevantes na produção de

vegetais, carne bovina e leite, a sua dominância é absoluta nos ramos mais lucrativos, concentrados e intensivos em capital, que além de atenderem o mercado interno têm forte peso nas exportações. As agroholdings sozinhas concentram a produção de 77% da carne suína, 73% das aves, 69% da beterraba e, junto com as grandes empresas agropecuárias, 70% dos grãos e 64% das oleaginosas na Rússia (Uzun; Shagaida; Lerman, 2019). Atualmente as 20 maiores firmas concentram 60% de toda a indústria de carne suína e 49% da ração animal, enquanto as 25 maiores concentram 43% do abate e distribuição de carne bovina no país (Wegren, 2018).

Essas mudanças estão reposicionando a Rússia no regime alimentar internacional. Entre 2000 e 2020, as importações totais russas cresceram de USD\$ 34 para USD\$ 240 bilhões e as suas exportações totais de USD\$ 103 para USD\$ 336 bilhões, enquanto a proporção de produtos agroalimentares nas importações totais caiu de 21,5% para 12,2% e nas exportações totais subiu de 1,5% para 9% nesse período. De um importador alimentar líquido histórico, com déficit recorde de USD\$ 27 bilhões em 2013, pela primeira vez em mais de meio século a Rússia tornou-se um exportador alimentar líquido em 2020, com um superávit de USD\$ 1,3 bilhão. O ano de 2014 é o ponto de virada, quando a Rússia contrapõe um “embargo alimentar” em reação às sanções impostas pelas nações ocidentais depois da anexação da Criméia (Wegren; Nilssen, 2022).

As agroholdings cumprem um papel chave nesse reposicionamento. Previsões pessimistas sobre a expansão da capacidade de produção e exportação agrícola da Rússia revelaram-se equivocadas (Visser; Spoor; Mamonova, 2014). Entre 2000 e 2020, a área colhida de trigo aumentou de 21 para 28 milhões de hectares e a produção de 35 para 85 milhões de toneladas. Em 2015, a Rússia ultrapassou o Canadá e os EUA, tornando-se o maior exportador de trigo do mundo. Com 19% do mercado mundial em 2020, essa posição deve manter-se na próxima década (USDA, 2022). Apesar dos preocupantes impactos negativos da guerra na Ucrânia em 2022, os principais mercados para o trigo russo – Turquia, Egito, Bangladesh, Arabia Saudita, Irã e outros países da Ásia, Oriente Médio e Norte da África – não aderiram às sanções ocidentais, à exceção de alguns países da Europa, que não obstante seguem recebendo carregamentos (USDA, 2022a). Embora *traders* globais de *commodities*, como a Cargill, operem sob estritas regulações no mercado russo, *players* domésticos dominam o ramo, principalmente agroholdings estatais (Lander, 2018), sendo que as 15 maiores firmas no ramo exportam 75% dos grãos russos (Wegren, 2018).

Mesmo na soja, onde a Rússia ocupa posição de menor destaque, a produção e a exportação têm crescido, respectivamente, a taxas de 14% e 169% entre 2012 e 2020 (USDA, 2022). A China já anunciou uma “aliança da soja” com a Rússia, para que dos menos de 1% atuais o parceiro venha a responder por 10% das suas importações totais na próxima década (Wesz; Escher; Fares, 2023). A *trader* agrícola Sodrujestvo, propriedade de Alexandr Lutsenko, parece ser estratégica nessa empreitada. Registrada em Luxemburgo, a empresa é a maior esmagadora de soja e outras oleaginosas da Rússia, tem operações de originação, processamento e logística no Paraguai, Brasil, Turquia e Bielorrússia e distribui seus produtos por

todo Norte, Centro e Leste da Europa, Estados Bálticos e CEI (Escher; Wilkinson; Pereira, 2018).

A Rússia também fornece quantidades não negligenciáveis de carne bovina e lácteos para China, Vietnã, Ucrânia, Cazaquistão e Bielorrússia, alimentos processados para a CEI, peixes e frutos do mar para Coréia do Sul, China e Holanda, aves para o Oriente Médio, África, Ásia e Europa (Dzhancharoval; Ilyasov; Romadikova, 2022). Ainda, agroholdings líderes como Miratorg, Cherkizovo, Prioskolye, GAP Resurs, Belgranskorm, Agrocompleks e Damate, entre outras, apesar da acirrada concorrência global, em particular com as firmas brasileiras, estão ansiosas para expandir suas exportações de carnes de aves e suínos para o gigantesco e promissor mercado chinês (Dzhancharoval; Bolaev; Murtazova, 2021). Todas essas realizações e expectativas estão firmemente ancoradas no arcabouço institucional da política nacional de segurança alimentar do estado russo.

Reprodução social: transição nutricional e agricultura familiar heterogênea

As reformas da década de 1990 resultaram na queda da produção e no aumento das importações de alimentos, na redução dos níveis de consumo da população e na maior atenção à relevância da agricultura familiar. Desde os anos 2000, a mercantilização da agricultura e a expansão das agroholdings, bem como ascensão do grande varejo e a difusão das refeições fora de casa, têm transformado tanto as dietas dos consumidores urbanos, que experimentam um processo de transição nutricional, como os meios de vida dos produtores rurais, que sofrem um processo de marginalização (Wegren; Nikulin; Trotsuk, 2021).

As possibilidades de consumo alimentar são estruturalmente condicionadas pelos níveis e as desigualdades de renda da população do lado da demanda e pelas estratégias dos grandes oligopólios na indústria e na distribuição de alimentos do lado da oferta, o que é normalmente regulado por certas formas de intervenção estatal. A diferenciação das dietas e tipos de alimento consumidos por distintos segmentos de classe é específica de cada país, mas a carne é um item central em qualquer lugar. Denomina-se “transição nutricional” o conjunto de mudanças nos hábitos alimentares, decorrente do aumento da renda e da urbanização, em direção a maiores níveis de consumo de proteína animal e produtos ultraprocessados em detrimento do consumo de grãos e vegetais *in natura* ou minimamente processados, tendo como efeito colateral a maior incidência de obesidade e sobrepeso, doenças crônicas relacionadas e riscos ambientais (OTERO et al, 2018).

Tal processo encontra-se bastante avançado e possui certas especificidades na Rússia. No período pós-guerra, a fome deixou de ser um problema crônico na URSS. Em 1988, a ingestão calórica diária na Rússia era similar a dos EUA. Mas um alto percentual do orçamento doméstico era gasto em alimentos, a disponibilidade de muitos itens era irregular e as longas filas tornaram-se mais frequentes com a introdução dos cupons de racionamento de comida no inverno de 1990-1991. Entre 1990 e 1999, a renda per capita caiu de USD\$ 3,492 para USD\$ 1,330, o número de

pessoas ocupadas caiu de 74,9 para 64,7 milhões e a ingestão calórica diária média per capita caiu 9%. Em 1991, mais de 40 milhões de pessoas viviam abaixo da linha da pobreza nacional e na década seguinte o consumo de carnes e lácteos caiu mais de 40%, o de cereais, vegetais e frutas diminuiu 5% e o de batatas aumentou 11% à medida que os consumidores se adaptaram comprando alimentos mais baratos. Essas são médias nacionais, mas para a população urbana a situação era mais grave, já que não podia contar com a produção para o autoconsumo como a população rural (Wegren; Nikulin; Trotsuk, 2021).

A situação mudou depois que Putin se tornou presidente. A economia russa cresceu a uma taxa média de 7% ao ano entre 2000 e 2008 e a uma taxa de apenas 1% entre 2009 e 2019. De USD\$ 1,771 em 2000, a renda per capita atingiu USD\$ 15,974 em 2013 e caiu para USD\$ 11,536 em 2019 (World Bank, 2022). Esse desempenho possibilitou que entre 2000 e 2019 o número de desempregados diminuísse de quase 7,7 para 3,4 milhões e de pessoas na pobreza pela linha nacional caísse de 42 para 17 milhões (ROSSTAT, 2020). O poder de compra da renda familiar disponível para uma cesta básica de 23 produtos quase quadruplicou entre 1999 e 2010, mas voltou a cair na medida em que os preços dos alimentos sofreram uma elevação de 41% entre 2013 e 2018 (Uzun; Shagaida; Lerman, 2019). Os gastos com alimentação em relação à renda familiar total despendida em consumo – o chamado “coeficiente de Engel” – são elevados na Rússia em comparação com outros países desenvolvidos ou mesmo muitos emergentes. O coeficiente de Engel cresceu de 44% em 1992 para 52% em 1999, caiu para o mínimo histórico de 26% em 2013 e voltou a subir para 28% em 2019. Em 2019, enquanto o coeficiente de Engel foi de 43% para o quintil de renda inferior, 40% para o segundo quintil mais baixo e 35% para o terceiro, foi de 19% para o quintil de renda superior e 31% para o segundo quintil mais alto (ROSSTAT, 2020).

A ingestão calórica diária per capita da população russa cresceu de 2,394 calorias em 2000 para 2,626 em 2013 e 2,644 em 2019. Como previsto pela tese da transição nutricional, na composição das dietas reduziu-se em 1,5% o consumo de carboidratos e aumentou em 11% o consumo de proteínas e em 10% o de gorduras, com pouca variação entre domicílios urbanos e rurais (ROSSTAT, 2020). Como resultado, a prevalência de desnutrição no total da população russa passou de 6% em 1996-1998 para menos de 2,5% desde 2004-2006. Contudo, em 2019-2021 ainda se verifica a prevalência de 5,5% de insegurança alimentar moderada no país, que afeta as famílias de menor renda. Na atual conjuntura, portanto, a disponibilidade e o acesso aos alimentos já não constituem mais um perigo. Hoje a principal preocupação de segurança alimentar para a Rússia é a sobrenutrição e a obesidade, que acomete mais de 23% da população (FAO, 2022). Pesquisadores russos encontraram dados ainda mais preocupantes a esse respeito: uma prevalência de obesidade de 30,8% entre mulheres e 26,9% entre homens, intimamente associada ao abuso de álcool e a incidência de diabetes, distúrbios metabólicos e hipertensão arterial (Balanova et al, 2018).

Na URSS, grandes lojas estatais gerais e especializadas, cooperativas de consumo, feiras organizadas por agricultores membros dos

kolkhozy, cafeterias públicas e cozinhas comunitárias eram a base do sistema de distribuição de alimentos. Não era um paraíso do consumidor, mas a estabilidade social era garantida pelo controle direto do estado sobre o armazenamento e distribuição no atacado e a oferta de produtos e definição de preços no varejo. Hoje, o estado permite que firmas privadas, publicidade e marcas nacionais e estrangeiras moldem a cultura alimentar e os hábitos de consumo na Rússia. A média de gastos dos consumidores urbanos com refeições fora de casa subiu de 2,5% do orçamento familiar em 2002 para 3,7% em 2013, caiu para 3,5% em 2016 e voltou para 3,7% em 2018. Os principais segmentos do varejo de alimentos são liderados pelas firmas russas Magnit, X5 Retail Group, Lenta, Diksi, Azbuka Vkusa e O'Key, a francesa Auchan e a alemã Metro. Em 2018, as quatro maiores lojas de desconto controlavam 86% do mercado, as três maiores redes de supermercados tinham 59% das vendas e os três maiores hipermercados capturaram 30% das receitas. Algumas agroholdings também têm diversificado seus negócios. A gigante Miratorg, por exemplo, tinha 45 supermercados, dois hipermercados, 11 hamburguerias e 14 açougues em 2018. Por fim, duas agências federais supervisionam diferentes aspectos da segurança dos alimentos: o mandato da Rospotrebnadzor é proteger os consumidores da falsificação de alimentos processados; e o da Rossel'khoznadzor é prover serviços veterinários e padrões fitossanitários para produtos agrícolas *in natura* (Wegren; Nikulin; Trotsuk, 2021).

Embora mais intensas entre a população urbana, essas mudanças também afetaram as relações de produção e os meios de vida rurais. A reforma agrária da década de 1990 não resultou em direitos fundiários bem definidos e segurança na posse da terra. A maioria dos ex-membros das fazendas coletivas considerava os procedimentos cadastrais complicados e burocráticos e os altos custos de registro das suas parcelas como as principais dificuldades para o estabelecimento de pequenas propriedades familiares. Além disso, um dos principais legados dos mais de 60 anos de coletivização foi a erosão da identidade camponesa e a crença na superioridade das fazendas de grande escala. A maioria dos moradores rurais russos raramente se autodenomina “camponês” e sim “trabalhador” (Mamonova, 2016). Em vez de formar unidades camponesas, a sua expectativa no pós-coletivização era que as autoridades públicas atraíssem “bons investidores” capazes de recapitalizar as grandes operações e manter os postos de trabalho e outros benefícios para a comunidade (Groiez, 2018; Vorbrugg, 2019).

O espaço rural russo é povoado por um vasto conjunto de “unidades rurais familiares”. O Censo Agropecuário Russo 2016 registra 23 milhões dessas unidades: 174 mil classificadas como “fazendas camponesas”, 17,5 milhões como “fazendas subsidiárias” e 5,9 milhões como “domicílios rurais”. A última categoria agrega terrenos destinados a residência, casas de veraneio, jardins e hortas, entre outros fins, ao passo que as duas primeiras categorias constituem o que se pode chamar de “agricultura familiar”. Mas cada uma delas é em si mesma heterogênea e possui suas próprias especificidades. A categoria fazendas camponesas é composta por 136 mil “empreendimentos familiares” e 38 mil “empreendimentos individuais”, ocupa 377 mil pessoas (57% membros das famílias, 25% trabalhadores

permanentes e 18% trabalhadores temporários), detêm 28% das áreas de terra agrícola e responde por 12,5% do valor de produção total (18,2% da pecuária e 5,1% da agricultura). Já a categoria fazendas subsidiárias ocupa quase 30 milhões de pessoas (todos membros das famílias), detêm 4% das áreas de terra agrícola e responde por 34,7% do valor de produção total (38% da pecuária e 32,1% da agricultura). Assim, a agricultura familiar em seu conjunto realiza 47,2% da produção utilizando somente 32% das terras (ROSSTAT, 2018). No entanto, enquanto as fazendas familiares dedicam o grosso da sua força de trabalho para a produção agropecuária, operam orientadas para o mercado e obtêm a maior parte da sua renda da venda dos produtos, as fazendas subsidiárias dedicam a sua força de trabalho apenas parcialmente à produção agropecuária, buscando em atividades assalariadas a sua principal fonte de renda e produzindo predominantemente para o autoconsumo, embora também vendam excedentes de produção no mercado (Pallot; Nefedova, 2007).

Apesar de a coletivização da agricultura ter quebrado o campesinato como classe, não se pode imaginar a agricultura soviética sem o papel dos “lotes privados” na produção de alimentos para o autoconsumo dos coletivos e o abastecimento das áreas urbanas. No período pós-soviético, as expectativas dos reformadores neoliberais de que a descoletivização e privatização da terra resultariam automaticamente no surgimento de uma agricultura familiar pujante em moldes europeus foram amplamente frustradas. Com o colapso econômico da década de 1990, a produção de alimentos por pequenos produtores passou de uma atividade subsidiária à uma estratégia vital para a sobrevivência das famílias rurais e urbanas diante da grave situação de desemprego, inflação e insegurança alimentar, pois compensou em parte o declínio da produção das antigas fazendas estatais e coletivas, contribuindo para prevenir a agitação de massas (Wegren, 2021).

Nos últimos anos, porém, a produção das fazendas subsidiárias, que de fato representam uma forma social tipicamente camponesa, tem ficado aquém não só das agroholdings, mas também das fazendas camponesas, que apesar do nome são mais bem descritas como uma forma de produção comercial. Dados de *survey* informam que, em 2019, a participação das fazendas subsidiárias caiu para 28,6% do valor total de produção, enquanto as participações das grandes empresas agropecuárias e das fazendas camponesas subiram para 57,7% e 13,7%, respectivamente (ROSSTAT, 2020). Em razão das dificuldades de acessar crédito, integrar-se com processadores e entrar em mercados exigentes e das restrições legais e burocráticas e falta de apoio do estado, para Wegren (2021) as fazendas subsidiárias tendem a ser cada vez mais marginalizadas em termos produtivos.

Outros autores, contudo, ainda que não discordem acerca do favorecimento estatal ao agronegócio, enfatizam a notável resiliência e relevância da agricultura familiar subsidiária. Alexveev e Safronov (2018) destacam que apesar da redução do peso relativo das fazendas subsidiárias para o valor de produção agropecuária total, a sua contribuição segue crescendo em termos absolutos e o seu desempenho é diferenciado dentro das e entre as regiões, sobretudo por conta de variações geográficas

e naturais, características do padrão de assentamento, estrutura etária e densidade populacional rural, proximidade de grandes centros urbanos e presença de agroholdings no território. Evteeva, Rovný, Petriák (2019) salientam que embora as grandes fazendas e agroholdings dominem na produção de cereais, oleaginosas, beterraba açucareira, suínos, frango e ovos, as fazendas subsidiárias produzem 77% das batatas, cerca de 70% dos vegetais e várias frutas, 57% da carne bovina e 42% do leite, 70% da carne de ovinos e 94% do mel, enquanto as fazendas camponesas produzem 18% dos vegetais e cerca de 30% dos cereais e das oleaginosas, entre outros. Yanbykha, Saraikina e Lerman (2020) demonstram que a agricultura familiar contribui com elevados 33,5% das receitas agropecuárias totais e que, apesar da produção das fazendas subsidiárias ser majoritariamente para o autoconsumo, pouco mais de 3 milhões delas contribuem com 19% da receita total, mais do que as fazendas camponesas, contrariando a visão de que sua participação é marginal no abastecimento dos mercados urbanos.

Esses dados parecem contestar a visão de que as fazendas subsidiárias são, até por definição legal, unidades não comerciais voltadas unicamente à subsistência. Mamonova (2016) identifica uma permanência de elementos camponeses na agricultura familiar subsidiária, que se manifesta em seu duplo caráter. Por um lado, se tal segmento não consegue acumular recursos de terra e capital para operar um estilo de agricultura propriamente comercial, consegue resistir à tendência de proletarização com base numa estratégia assentada na “pluriatividade”, combinando atividades agropecuárias em seus pequenos lotes com empregos assalariados nas áreas rurais ou em cidades próximas. Por outro lado, se as fazendas subsidiárias não representam mais o segmento dominante na produção agropecuária, a sua contribuição para a segurança alimentar continua essencial, seja por alimentar a si mesma produzindo para o autoconsumo, seja por ofertar parte significativa da cesta básica de alimentos consumidos nas áreas rurais e urbanas.

Em todo o caso, há relativo consenso na literatura que a reprodução da agricultura familiar subsidiária depende fortemente de suas “relações simbióticas” com as grandes fazendas. Primeiro, porque é do interesse das grandes empresas agropecuárias ter as famílias camponesas autônomas funcionando como um “exército rural de reserva”. O que para os empresários é visto como uma força de trabalho disponível de baixo custo, à qual eles podem recorrer continuamente, para os habitantes rurais é percebido como uma oferta de empregos perto de casa. Segundo, porque é comum as famílias e comunidades rurais serem beneficiadas com formas de assistência das grandes fazendas, uma obrigação coletivista que subsiste como herança do chamado “contrato social” soviético. Embora hoje isso esteja em relativo declínio ou venha sendo repaginado na forma de programas de responsabilidade social corporativa, é esperado que as empresas se disponham ou sejam pressionadas a apoiar a manutenção de infraestruturas e serviços locais, a fornecer serviços de aragem, máquinas e equipamentos, a ceder campos para pastagem e a permitir acesso à filhotes para criação, fertilizantes, pesticidas, forragem e ração a preços abaixo do mercado. Subsiste, ainda, uma habitual tolerância a pequenos

furtos de insumos dos armazéns das fazendas, dando continuidade de velhas práticas da época socialista baseadas na máxima “tudo é coletivo, tudo é meu” (Mamonova, 2016; Vorbrugg, 2019; Grouiez, 2018; Visser et al, 2019; Wegren, 2021).

Poder político: estado e políticas públicas para agricultura e alimentação

Putin emergiu de uma “catástrofe estrutural”, no rescaldo do colapso da URSS, como uma figura “cesarista” que suscitou “o aparecimento de uma espécie de solução arbitral [capaz de] despertar e organizar a vontade coletiva de um determinado bloco histórico, restaurando e reorganizando o estado russo” (Lima, 2019, p.78). Através de alianças urdidas junto ao aparato militar e ao serviço de segurança pública, Putin mostrou-se capaz de restaurar a autonomia relativa do estado frente aos interesses oligárquicos que dominavam a Rússia desde 1991. O notável desempenho da economia russa a partir das reestatizações no setor energético, das reestruturações no setor financeiro e do controle no complexo industrial-militar, permitiu-lhe recompor um estado forte e centralizado, equipado para monitorar a acumulação de capital. Contudo, apenas com as consequências da guerra na Ucrânia no comércio internacional de grãos e de fertilizantes começou-se a dar atenção ao lugar do agronegócio no projeto hegemônico putinista. E quase nada se discute sobre o papel da população rural como base social na sustentação da sua legitimidade política.

O crescimento das agroholdings é incompreensível sem levar em conta o apoio econômico e político recebido pelos oligarcas que compõem essa fração da burguesia, realçando a relação entre interesses de classe e prioridades da política pública do estado.

O governo do presidente Vladimir Putin se voltou para essas agroholdings como aliados privilegiados, recrutando-os para um projeto político conhecido como Agenda de Segurança Alimentar Russa. Os principais objetivos da agenda eram a recuperação das fazendas russas, a redução da dependência de importação herdada dos governos de Yeltsin e mais carne na dieta dos russos. Desde o início dos anos 2000, uma série de medidas de apoio público, como créditos subsidiados, incentivos fiscais e barreiras comerciais, ajudaram as agroholdings a prosperar. Elas também foram incentivadas a adquirir vastas áreas de terras agrícolas em troca de suas contribuições para um projeto político de fortalecer a agricultura e a produção doméstica de alimentos. Mesmo sendo empresas privadas, o governo Putin mobilizou as agroholdings e firmas de agrotecnologia como instrumentos indispensáveis para concretizar sua agenda política. As agroholdings prosperaram e se tornaram atores econômicos globalmente competitivos porque produzem com mais eficiência e lucratividade do que as fazendas coletivas [da antiga URSS], mas também porque podem contar com proteção e apoio político (Wengle, 2021, p.59-60).

As atuais diretrizes da política agrícola na Rússia foram estabelecidas no Projeto Nacional Prioritário para o Desenvolvimento da Agricultura 2006-2007 e posteriormente ampliadas nos Programas Estatais de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura 2008-2012, 2013-2020 e 2021-2025. O valor disponibilizado ronda os 1,3% do orçamento do estado e 0,5% do PIB. A distribuição dos recursos claramente favorece as grandes empresas agropecuárias, que abocanham cerca de 85% do total, enquanto as fazendas camponesas obtêm 13% e as fazendas subsidiárias apenas 2%. Além

disso, no período 2013-2020, apenas 2% dos grandes beneficiários receberam 50% dos subsídios, sendo que 1% levou mais de 40% do total, com as maiores agroholdings no topo da lista; ao passo que na extremidade inferior, 40% dos menores beneficiários receberam apenas 1% de todos os subsídios distribuídos (Uzun; Shagaida; Lerman, 2019).

Entretanto, diferente da “bancada ruralista” no Brasil ou do “*agricultural lobby*” nos EUA, “no contexto russo, os atores econômicos geralmente são muito mais dependentes das boas graças dos funcionários públicos e, apesar de alguns donos de grandes agroholdings serem claramente bem conectados por meio de redes informais, eles não são membros de longa data das elites do poder” (Wengle, 2021, p.71). O entrelaçamento de interesses entre governo e agroholdings decorre principalmente desses oligarcas terem se tornado aliados chave quando Putin almejava que o país se afastasse da integração incondicional ao mercado mundial e obtivesse maior independência nacional em relação às principais *commodities* alimentares. A transformação da agricultura e das dietas russas, facilitada pela articulação das agroholdings ao regime de acumulação, é saudada como uma conquista política do governo, como demonstra o alinhamento da retórica de várias firmas – Cherkizovo, Miratorg, United Grain, EkoNiva, etc. – com a agenda de segurança alimentar nacional (Wengle, 2021).

Em 2008, a Rússia era o segundo maior importador mundial de alimentos, atrás apenas da China. Nesse contexto, a escalada nos preços dos alimentos que seguiu a crise financeira global – apontada entre os fatores que motivaram a “primavera árabe” e outros distúrbios sociais pelo mundo – fez disparar o alarme. Em 2010 foi promulgada a Doutrina de Segurança Alimentar da Federação Russa, com o objetivo de reduzir a dependência estrangeira por meio da “substituição de importações” e da “autossuficiência” na produção de alimentos. Cotas tarifárias por país ou região tornaram-se a regra, mesmo após a Rússia ter aderido à OMC em 2012. Mas a virada foi em 2014, quando o decreto do “embargo alimentar” levou à proibição de importação de muitos produtos como retaliação às sanções impostas pelos EUA, União Europeia, Austrália, Canadá e Noruega após a crise ucraniana e a anexação da Crimeia, incluindo posteriormente o Reino Unido em reação ao Brexit (Wegren; Nilssen, 2022).

A Doutrina de Segurança Alimentar, de 2010, e a Estratégia de Segurança Nacional da Federação Russa, de 2015, devem ser analisadas em conjunto. A mensagem crucial nelas contida é que a segurança alimentar é um componente estruturante da segurança nacional (Lima; Dias, 2018). A Doutrina determinou limiares para a produção nacional do consumo de certos grupos alimentares: grãos, 95%; açúcar, 80%; óleo vegetal, 80%; carnes e derivados, 85%; leite e laticínios, 90%; pescado, 80%; batatas, 95%; sal, 85%. Uma vez que as medidas “protecionistas” começaram a gerar resultados em termos de aumento da produção doméstica, na nova versão da Doutrina, promulgada em 2020, alguns percentuais de autossuficiência alimentar foram ampliados – açúcar, 90%; óleo vegetal, 90%; pescado, 85% – e outros adicionados – legumes e cabaças, 85%; frutas e bagas, 60%; sementes das principais culturas, 75% (Solodova; Sigidov; Ilyasov, 2021). E uma vez provado o êxito na substituição de importações e no aumento da

produção doméstica de alimentos, ao protecionismo presente na política de segurança alimentar nacional logo agregou-se um componente estratégico “neomercantilista” de promoção das exportações agroalimentares russas. Consequentemente, em 2018 foi aprovado o Programa Nacional de Exportação de Produtos do Complexo Agroindustrial, com dotação orçamentária de RUB\$ 400 bilhões. O programa previa que o valor das exportações alimentares russas atingisse USD\$ 45 bilhões até 2024. Mas os efeitos recessivos da pandemia levaram o Ministério da Agricultura postergar tal meta para 2030 (Wegren; Nilssen, 2021).

A análise revela que a Rússia hoje reúne as condições para utilizar a produção e o comércio agroalimentar como instrumento de poder nacional e arma geopolítica. Os líderes russos estão plenamente conscientes de que o “poder agroalimentar” é uma variável chave para as grandes potências (Lima; Dias, 2018). Eles sabem muito bem que os EUA, sobre-tudo durante a Guerra Fria, sempre fizeram uso político dos fluxos de alimentos. Zhang (2020, p.63) lembra que, em 1974, o então secretário de agricultura Earl Butz, inspirado no uso do petróleo como instrumento de política externa pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), “se referia ao uso dos alimentos como arma para avançar os objetivos estratégicos dos Estados Unidos: conquistar amigos, punir inimigos e conter a propagação do comunismo.” Ironicamente, hoje são os EUA que acusam a Rússia de usar a segurança alimentar como arma num contexto de “guerra híbrida” frente as crescentes vulnerabilidades advindas das mudanças climáticas (Summers; Goodman, 2020). O mais irônico, no entanto, é que tal projeção não é sem cabimento, já que o vice-presidente do Conselho de Segurança da Federação Russa, Dmitry Medvedev, lhe dá toda razão.

Os produtos alimentícios russos são suficientes para atender plenamente às nossas necessidades domésticas. A prioridade no abastecimento de alimentos é o nosso mercado interno e o controle de preços. Ao mesmo tempo, o estado vai dar continuidade à assistência em larga escala e sistemática aos agricultores. Fornecemos alimentos e colheitas apenas para nossos amigos. Felizmente temos muitos deles, e eles não estão na Europa e nem na América do Norte. Vamos vender tanto por rublos quanto por sua moeda nacional em proporções combinadas. Não forneceremos nossos alimentos e produtos agrícolas aos nossos inimigos e não compraremos nada deles. Lembro que na minha infância a URSS comprava grãos do Canadá. Era estranho, o maior país comprando trigo por dólares. Hoje, o quadro é completamente diferente: a Rússia é o maior produtor de grãos, junto com Índia e China. E nos últimos anos, o maior exportador de trigo. Acontece que a segurança alimentar de muitos países depende de nossos suprimentos. Acontece que nossa comida é nossa arma silenciosa. Silenciosa, mas formidável. Supera a exportação de armas reais. Totalizou mais de US\$ 37 bilhões no ano passado [2021] (TASS, 2022).

Além das preocupações com as frações burguesas e a segurança nacional, a política agroalimentar também se propõe assegurar o consentimento das classes populares. A garantia da segurança alimentar e da transição nutricional rumo a dietas mais ricas em proteína animal é um forte argumento para galvanizar o apoio da massa da população urbana, ainda que a inflação nos preços dos alimentos seja um fator perturbador. Mas se e em que medida a massa da população rural, consubstanciada na agricultura familiar subsidiária, sente-se contemplada e concede a sua aprovação ao projeto hegemônico, ou tenta se engajar em projetos políticos alternativos, é algo mais difícil de entender.

A literatura especializada levanta dois problemas chave para analisar o lugar do meio rural na atual situação política russa. A primeiro se refere ao apoio da população rural ao governo de Putin, caracterizado como um exemplo de “populismo autoritário”. Liderança autoritária e carismática, estado forte e disciplinador, apelos tradicionalistas influenciados pela Igreja Ortodoxa, retórica nacionalista exaltando o passado czarista e stalinista para justificar a política do estado em relação à oposição interna e inimigos externos e identificação direta entre o povo e o presidente contra as elites gananciosas e corruptas seriam traços definidores do regime putinista. Os apoiadores de Putin são comumente retratados de maneira homogênea, como uma maioria silenciosa, passiva, conservadora e manipulável, que age irracionalmente contra seus próprios interesses materiais (Granberg; Sätre, 2016). O segundo problema se refere à ausência de movimentos sociais rurais autônomos capazes de propor uma política agrária articulada a um projeto de desenvolvimento mais amplo pautado na ideia de “soberania alimentar”. O legado socialista e as restrições impostas às organizações da sociedade civil pelo regime inibiriam a organização de um movimento de base, associado à Via Campesina, que se oponha à agricultura industrial, ao agronegócio e aos seus impactos socioambientais negativos. O estado tampouco encamparia qualquer programa de soberania alimentar. Como corolário, a ascensão das agroholdings e a marginalização das fazendas subsidiárias atestariam que a soberania alimentar não tem futuro na Rússia (Wegren, 2021).

Embora ambos os problemas levantados encontrem lastro na realidade russa contemporânea, eles não contam toda a história. É possível traçar um diagnóstico mais complexo e nuançado. Na prática, a consolidação de um poder estatal autoritário não é vista pela maioria da população rural como contraditória à democracia. Os russos tendem a ver as eleições como um ato simbólico de expressar lealdade e aprovação ao governo e associam democracia com um estado forte que cuida do povo, estabilidade econômica, lei e ordem doméstica, soberania nacional e proteção contra ameaças externas. A imagem de Putin como um “verdadeiro *muzhik*” (um homem do povo) é muito difundida, mas a maioria não partilha ilusões ingênuas sobre ele. É que a memória amarga do “período de transição” faz a política econômica atual ser percebida de forma mais positiva. Além disso, o apoio popular à Putin revela o fracasso da democracia representativa burguesa frente a corrente crise orgânica do capitalismo neoliberal, à semelhança de outros países que também testemunharam a ascensão de líderes populistas autoritários, como os EUA e o Brasil (Mamonova, 2019).

O baixo estímulo para a ação coletiva, por sua vez, deve-se ao legado socialista de intervenção estatal permanente em assuntos rurais e à dependência da agricultura subsidiária as relações simbióticas com as grandes fazendas. A maioria dos movimentos e organizações sociais rurais existentes na Rússia operam em moldes corporativistas sob o patrocínio do estado. A única exceção foi a *Krestyanskiy Front* (Frente Camponesa), que defendia os moradores rurais da grilagem e apropriação ilegal de terras, mas que devido às crescentes restrições do estado e à falta de mobilização social, foi dissolvida em 2013. Mas apesar das fazendas

subsidiárias serem estigmatizadas como atrasadas e ineficientes, em oposição às agroholdings, vistas como modernas e eficientes, elas fornecem uma parcela substancial dos alimentos básicos. Elas tendem a produzir com tecnologias tradicionais mais sustentáveis (trabalho manual dedicado, rotação de culturas, esterco e compostagem, baixo uso de energia fóssil, tração animal), adotadas por causa da incapacidade de comprar insumos caros e do desejo de cultivar alimentos saudáveis e de garantir a fertilidade a longo prazo do solo. Além disso, comercializam seus produtos majoritariamente em mercados localizados, com uma cadeia alimentar curta e pouca distância do campo ao prato. Mas essa “soberania alimentar silenciosa” não é uma força social de contestação e resistência aberta ou um projeto político que disputa o futuro da sociedade. Tais práticas coexistem com o agronegócio corporativo. Enquanto o direito de produzir os próprios alimentos não estiver ameaçado, a agricultura familiar parece não ter muito incentivo para se mobilizar. Pode-se presumir que exista uma convergência tácita entre a manutenção desse contrato social implícito com as classes populares no campo e a implementação de uma política de segurança alimentar explicitamente protecionista e neomercantilista para as classes dominantes. Se isso for verdade, ao invés de esperar um movimento social russo por soberania alimentar próximo ao proposto pela Via Campesina, o mais previsível é o seguimento de uma espécie de “Via Kremlina” capturada pelo estado (Mamonova, 2016).

Conclusões

Este artigo analisou a economia política internacional da questão agroalimentar na Rússia e suas implicações globais de longo alcance. O surgimento e rápida expansão das agroholdings e seu notável desempenho no mercados doméstico e nas exportações demonstram a articulação do sistema agroalimentar russo a um novo regime de acumulação de capital. O avanço do processo de transição nutricional e a formação de uma agricultura familiar mercantilizada e heterogênea atestam a profunda transformação nos padrões de reprodução social dos meios de vida da população urbana e rural. O recrutamento de um novo segmento da burguesia oligárquica e o consentimento das classes populares rurais ao projeto hegemônico de Putin revelam o caráter complexo e nuançado do seu poder político.

A análise da questão agroalimentar russa empreendida neste artigo chama atenção para a abertura de uma formidável, mas ainda pouco explorada, agenda de pesquisas em economia política internacional. Três linhas de análise podem se mostrar bastante férteis nessa direção. Primeiro, as problemáticas da acumulação de capital, da reprodução social e do poder político são fundamentais para compreender os rumos da trajetória de desenvolvimento econômico e projeção internacional de poder da Rússia no futuro próximo. Segundo, a evolução da política agroalimentar praticada pelo estado russo, de uma reação essencialmente protecionista para uma estratégia cada vez mais neomercantilista, indica que o regime alimentar contemporâneo se está movendo para além do consenso neoliberal. Terceiro, esses movimentos estão em confluência com

o papel do estado e dos capitais chineses na configuração de um sistema agroalimentar global mais policêntrico e multipolar, facilitando novos fluxos de comércio, investimentos, tecnologias e finanças impulsionados pela China por todo o sul global. É difícil imaginar a construção de um novo projeto nacional de desenvolvimento e inserção externa mais justo, soberano e sustentável para o Brasil sem a adequada compreensão dessas grandes transformações da nossa época.

Referências

- ALEKSEEV, Alexander I.; SAFRONOV, Sergey G. Subsidiary household farming in Russian regions in the late 20th-early 21st centuries. **Regional Research of Russia**, v.8, n.4, p.364-374, 2018.
- BALANOVA, Yulia A.; SHALNOVA, Svetlana A.; DEEV, Alexander D.; IMAEVA, Alexandra E.; KONTSEVAYA, Anna V.; MUROMTSEVA, Galina A.; KAPUSTINA, Alla V.; EVSTIFEEVA, Svetlana E.; DRAPKINA, Olga M. Obesity in Russian population: Prevalence and association with the non-communicable diseases risk factors. **Russian Journal of Cardiology**, v.6, p.123-130, 2018.
- BBC. **Guerra na Ucrânia**: por que o Brasil depende tanto dos fertilizantes da Rússia? 03 de março de 2022. In: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-60596334> Acesso em 01 out. 2022.
- BYRES, Terence J. The agrarian question, forms of capitalist agrarian transition and the state: An essay with reference to Asia. **Social Scientist**, v.14, n.11/12, p.3-67, 1986.
- CHENG, Manqing. The Ukraine crisis: Causes, conundrum and consequences. **Journal of Social and Political Sciences**, v.5, n.2, p.96-111, 2022.
- DJANCHAROVA, Guzel K.; BOLAEV, Boris K.; MURTAZOVA, Kristina M. S. Research of Russian meat export to the Chinese market. **Earth and Environmental Science**, n.848, p.1-9, 2021.
- DJANCHAROVA, Guzel K.; ILYASOV, Ramil H.; ROMADIKOVA, Valeria M. Assessment of export potential of the Russian agro-industrial complex. **Earth and Environmental Science**, n.981, p.1-7, 2022.
- DBO. **CNA analisa impactos do conflito entre Rússia e Ucrânia no agro**. 31 de maio de 2022. In: <https://www.portaldbo.com.br/cna-analisa-impactos-do-conflito-entre-russia-e-ucrania-no-agro/> Acesso em 01 out. 2022.
- ESCHER, Fabiano. Variedades de capitalismo nos BRICS: Uma perspectiva agroalimentar. **Revista Brasileira de Sociologia**, v.9, n.22, p.75-110, 2021.
- ESCHER, Fabiano; WILKINSON, John; PEREIRA, Paulo R. F. Causas e implicações dos investimentos chineses no agronegócio brasileiro. In: JAGUARIBE, Anna. (Ed). **Direction of Chinese global investments: Implications for Brazil**. Brasília: FUNAG, 2018. p.289-336.
- ESTADÃO. **Guerra na Ucrânia**: quais são as projeções para a safra de grãos? 09 de maio de 2022. In: <https://summitagro.estadao.com.br/noticias-do-campo/guerra-na-ucrania-quais-sao-as-projecoes-para-a-safra-de-graos/> Acesso em 01 out. 2022.
- EVTEEVA, Tatiana; ROVNÝ, Pavel; PETRI ÁK, Milan. Farm as a form of small agricultural business in Russia: Advantages and disadvantages. **International Journal of Entrepreneurial Knowledge**, v.7, n.2, p.53-62, 2019.
- FAO – Food and Agriculture Organization. **Information note**: The importance of Ukraine and the Russian Federation for global agricultural markets and the risks associated with the current conflict. FAO: Rome, 2022.
- FRIEDMANN, Harriet. Discussion. Moving food regimes forward: Reflections on symposium essays. **Agriculture and Human Values**, v.26, n.4, p.335-344, 2009.
- FRIEDMANN, Harriet; McMICHAEL, Philip. Agriculture and the state system: The rise and fall of national agricultures, 1870 to the present. **Sociologia Ruralis**, v.29, n.2, p.93-117, 1989.
- GERSCHENKRON, Alexander. **O atraso econômico em perspectiva histórica e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.
- GRANBERG, Leo; SÄTRE, Ann-Mari. **The other Russia**: Local experience and societal change. London: Routledge, 2016.

GROUIEZ, Pierre. Understanding agro-holdings in Russia: A Commonsian analysis. **Journal of Economic Issues**, v.52, n.4, p.1010-1035, 2018.

INSTITUTO FOME ZERO – IFZ. **Fome no Brasil pode sentir efeitos da guerra na Ucrânia**. 06 de abril de 2022. In: <https://ifz.org.br/2022/04/06/fome-no-brasil-pode-sentir-efeitos-da-guerra-na-ucrania/> Acesso em 01 out. 2022.

KRAUSMANN, Fridolin; LANGTHALER, Ernst. Food regimes and their trade links: A socio-ecological perspective. **Ecological Economics**, n.160, p.87-95, 2019.

LANDER, Christian D. Foreign investment adaptations to the changing political and economic environments of the agro-food sector: A Case Study of Cargill Russia. **Problems of Post-Communism**, v.65, n.3, p.201-219, 2018.

LIMA, Felipe C. As revoluções passivas neoliberais no pós-URSS: Semelhanças e singularidades entre o caos neoliberal russo e ucraniano na década de 1990. **Conjuntura Austral**, v.10, n.50, p.67-83, 2019.

LIMA, Thiago; DIAS, Atos. Segurança alimentar russa: estratégia de autonomia para uma estrutura internacional de incertezas. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v.5, n.1, p.273-294, 2018.

MAMONOVA, Natalia V. **Rethinking rural politics in post-socialist settings**: Rural communities, land grabbing and agrarian change in Russia and Ukraine. PhD Thesis, International Institute of Social Studies, Erasmus University, Rotterdam, 2016.

MAMONOVA, Natalia V. Understanding the silent majority in authoritarian populism: What can we learn from popular support for Putin in rural Russia? **Journal of Peasant Studies**, v.46, n.3, p.561-585, 2019.

McMICHAEL, Philip. A food regime genealogy. **Journal of Peasant Studies**, v.36, n.1, p.139-169, 2009.

MEDEIROS, Carlos A. A economia política da transição na Rússia. In: ALVES, Ana G. M. P. (Ed.) **Uma longa transição**: Vinte anos de transformação na Rússia. Brasília: IPEA, 2011.

NIEDERLE, Paulo; KURAKIN, Alexander; NIKULIN, Alexander; SCHNEIDER, Sergio. Soy's king and wheat's queen: State intervention and the meaning of leading monocultures in Brazilian and Russian agrarian histories. **Sociologies in Dialogue**, v.4, n.1, p.26-52, 2018.

OTERO, Gerardo; GÜRCAN, Efe Can; PECHLANER, Gabriela; LIBERMAN, Gustavo. Food security, obesity, and inequality: Measuring the risk of exposure to the neoliberal diet. **Journal of Agrarian Change**, v.18, n.3, p.536-554, 2018.

PALLOT, Judith; NEFEDOVA, Tatyana. **Russia's unknown agriculture**: Household production in post-socialist rural Russia. Oxford: Oxford University Press, 2007.

REQUIÃO, Rafael G.; GONÇALVES, Fábio S. Z. Rússia. In: GILIO, Luciano; JANK, Marcos S. **O Brasil no agro global**: Reflexões sobre a inserção do agronegócio brasileiro nas principais macrorregiões do planeta. São Paulo: Insper, 2021.

ROSSTAT – Federal State Statistics Service. **Russian statistical yearbook**. Moscow: ROSSTAT, 2020.

ROSSTAT – Federal State Statistics Service. **Results of the All-Russian Agricultural Census of 2016**. Book 1. Moscow: ROSSTAT, 2018.

SHANIN, Teodor. **Russia as a developing society**. The roots of otherness: Russia's turn of the century. New Haven: Yale University Press, 1986.

SOLODOVA, Svetlana V.; SIGIDOV, Yury I.; ILYASOV, Ramil H. Issues of implementation of control indicators of the Food Security Doctrine of the Russian Federation. **Earth and Environmental Science**, n.839, p.1-8, 2021.

SUMMERS, Chloe; GOODMAN, Sara. Weaponizing wheat: Russia's next weapon in pandemic and climate eras. **Georgetown Journal of International Affairs**, v.21, p.62-70, 2020.

TASS – Russian News Agency. **Russia has enough food products to meet domestic needs – Medvedev**. 01 de abril 2022. In: <https://tass.com/economy/1431279>. Acesso em 19 jul. 2022.

UZUN, Viktor; SHAGAIDA, Natalya; LERMAN, Zvi. Russian agroholdings and their role in agriculture. **Post-Communist Economies**, v.33, n.8, p.1035-1055, 2021.

UZUN, Viktor; SHAGAIDA, Natalya; LERMAN, Zvi. Russian agriculture: Growth and institutional challenges. **Land Use Policy**, v.83, p.475-487, 2019.

- USDA – United States Department of Agriculture. **2022 International long-term projections to 2031**. Washington: USDA, 2022.
- USDA – United States Department of Agriculture. **2021/22 grain trade in flux amid Russia-Ukraine conflict**. Washington: USDA, 2022a.
- VISSER, Oane; KURAKIN, Alexey; NIKULIN, Alexander. Corporate social responsibility, coexistence and contestation: large farms’ changing responsibilities vis-à-vis rural households in Russia. **Canadian Journal of Development Studies**, v.40, n.4, p.580-59, 2019.
- VISSER, Oane; SPOOR, Max; MAMONOVA, Natalia. Is Russia the emerging global ‘breadbasket’? Re-cultivation, agroholdings and grain production. **Europe-Asia Studies**, v.66, n.10, p.1589–1610, 2014.
- VISSER, Oane; MAMONOVA, Natalia; SPOOR, Max. Oligarchs, megafarms and land reserves: Understanding land grabbing in Russia. **Journal of Peasant Studies**, v.39, n.3-4, p.899-931, 2012.
- VORBRUGG, Alexander. Not about land, not quite a grab: Dispersed dispossession in rural Russia. **Antipode**, v.51, n.3, p.1011–1131, 2019.
- WEGREN, Stephen K.; NIKULIN, Alexander M.; TROTSUK, Irina. **Russia’s food revolution: The transformation of the food system**. London: Routledge, 2021.
- WEGREN, Stephen K. History, prospects, and scenarios for smallholders in Russia. In: HORVÁTH, Dezső (Ed). **Opportunities and challenges of smallholders and smallholding**. New York: Nova Science, 2021.
- WEGREN, Stephen K. The “left behind”: Smallholders in contemporary Russian agriculture. **Journal of Agrarian Change**, v.18, n.4, p.913-925, 2018.
- WEGREN, Stephen K.; NIELSEN, Frank. (Eds). **Russia’s role in the contemporary international agri-food trade system**. Cham: Palgrave Macmillan, 2022.
- WEGREN, Stephen K.; NIELSEN, Frank. Russia’s changing role in the international agri-food system and why it matters. **Post-Communist Economies**, v.33, n.8, p.939-968, 2021.
- WENGLE, Susanne A. Agroholdings, technology and the political economy of Russian agriculture. **Laboratorium: Russian Review of Social Research**, v.13, n.1, p.57–80, 2021.
- WESZ, Valdemar João; ESCHER, Fabiano; FARES, Thomaz M. Why and how is China reordering the food regime? The Brazil-China soy-meat complex and COFCO’s global strategy in the Southern Cone. **Journal of Peasant Studies**, v.50, n.4, p.1376-1404, 2023.
- WORLD BANK. **Data**. Washington: WB, 2022. In: <https://data.worldbank.org/country/russian-federation>. Acesso em 19 jul. 2022.
- YANBYKHA, Roman; SARAİKINA, Vera; LERMAN, Zvi. Changes in Russia’s agrarian structure: What can we learn from agricultural census? **Russian Journal of Economics**, v.6, p.26–41, 2020.
- ZHANG, Hongzhou. The US-China trade war: Is food China’s most powerful weapon? **Asia Policy**, v.15, n.3, p.59–86, 2020.